

DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO E DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL

Antônio Albano de Freitas¹

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira, 1947, *O bicho*.

Resumo

O presente artigo procura analisar a questão da extrema concentração de renda no Brasil como empecilho constitutivo ao desenvolvimento humano. Em particular, pretende-se demonstrar que existe certa incompatibilidade entre o nível de pobreza do país e o seu respectivo grau de desenvolvimento. A consequência deste fato remete ao caráter político de nossa desigualdade econômica, já que o problema se localiza muito mais na má distribuição dos recursos disponíveis no país do que em sua escassez. Por fim, tenta-se desvendar os canais que reproduzem a desigualdade econômica no Brasil de hoje.

Palavras-chave: Desigualdade econômica; Desenvolvimento; Pobreza; Brasil.

Abstract

This article analyses the question of extreme concentration of income in Brazil as a constituent obstacle to human development. In particular, it is intend to show that there is some incompatibility between the level of poverty in the country and its respective level of development. The consequence of this fact leads to the political character of our economic inequality, since the problem lies much more on the maldistribution of the disposable resources in the country than in its scarcity. To conclude, we seek to clarify the channels which reproduce economic inequality in the current Brazil.

Keywords: Economic inequality; Development; Poverty; Brazil.

JEL Classification Codes: O10, O15, O17

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da UFPR. Email: antonio-aaf@hotmail.com.

1 Introdução

Desde o retorno da democracia em 1985, o Brasil tem de forma gradual apresentado uma estabilidade política e econômica, ao mesmo tempo em que lentamente se torna, cada vez mais, um *global player* no cenário internacional. A liderança do Brasil dentre os países em desenvolvimento e a ativa participação do país no G-20 em busca de regras, no comércio internacional, mais justas são boas medidas para se avaliar a crescente influência do país mundialmente.

Paralelamente a este maior poder externo, o país num período relativamente curto de tempo, sofreu profundas transformações que o permitem, agora, ser classificado como moderno. O país, por exemplo, apresenta queda da taxa de mortalidade e queda da taxa de fecundidade; se depara com uma população predominante urbana ocupada em grande parte no setor de serviços, assim como as sociedades pós-industriais e etc. Até mesmo a inflação, o mais recente dos emblemas brasileiros, parece estar controlada.

A despeito destes avanços, um compromisso ainda custa a ser equacionado, qual seja a desigualdade econômica, já que o Brasil possui uma das maiores concentrações de renda do mundo. Apenas como ilustração, convém ressaltar, que dentre 124 países pelo qual se tem informações, cerca de 90% possuem menor concentração de renda que o Brasil.

Neste sentido, convém frisar que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país com muitos pobres. Ou dito de outra maneira: o nível de pobreza do Brasil é incompatível com o seu grau de desenvolvimento alcançado. Entender o propósito desta incompatibilidade é o objetivo deste artigo. Em adição a isto, procura-se analisar as implicações que uma alta desigualdade pode ter em um país, bem como as benesses em suprimi-la.

Obviamente, a questão da desigualdade econômica no Brasil não vem de hoje. Em perspectiva histórica, ela se mistura também com a desigualdade racial e até mesmo com a desigualdade de gênero, e, portanto, de certo modo, é um legado do período colonial.

Certamente, no entanto, a questão da desigualdade econômica no Brasil tem caráter político, e isto é o que se pretende mostrar na parte 2 deste trabalho, pois embora o país tenha atravessado mudanças estruturais profundas ao longo do tempo, a estrutura social do país não foi alterada substancialmente.

Na parte 3, procura-se mostrar que a desigualdade no Brasil, em particular a pobreza, é um fenômeno causado pela má alocação de recursos e não pela sua escassez. Além disso, procura-se evidenciar que não existe nenhuma força econômica que possa naturalmente reduzir a concentração de renda, como poderia supostamente ser inferido pela Curva de Kuznets. Na parte 4, tenta-se desvendar os canais que reproduzem a desigualdade no Brasil de hoje, e o porquê da desigualdade ser um problema sério, tendo em vista que em economias de mercado ela pode ser até mesmo desejada. Por fim, tecem-se algumas considerações finais a cerca do tema em pauta.

2 Brasil: A longa estrada para o desenvolvimento autônomo

A compreensão dos dilemas da sociedade brasileira contemporânea requer que se analisem (com o propósito de melhor entender o nosso subdesenvolvimento) as influências, desencadeadas tanto por conflitos internos quanto por externos, às quais o território conhecido como Brasil sofrera desde sua colonização pelos portugueses.

Neste sentido, convém destacar a distinção clássica entre o que se convencionou chamar de colônias de povoamento e colônias de exploração da América. A primeira, consubstanciada nos Estados Unidos, dizia respeito ao estabelecimento definitivo de europeus no “Novo Mundo”. Tratava-se do povoamento, a busca de um novo lar por pessoas que de uma forma ou de outra procuravam afastar-se dos conflitos internos da Europa.

Já as colônias de exploração, por sua vez, como o próprio nome indica, centravam-se na produção de gêneros que interessassem ao mercado internacional. Baseadas em quatro grandes elementos, (i) monocultura; (ii) mão-de-obra escrava; (iii) produção voltada para o mercado externo e (iv) *plantation*, estas colônias de exploração traduziam a dinâmica do capitalismo comercial no século XVI. Não há dúvidas, portanto, que este inter-relacionamento entre colônia e metrópole (o qual assolou o Brasil) gerou consequências duradouras. Em verdade, pode-se dizer que esta estrutura provocou entraves a formação de um mercado interno no Brasil por mais de três séculos, e que de alguma maneira, ainda respinga em nossa sociedade marcada pela desigualdade social:

O Brasil não foi capaz de adentrar o século XIX com uma ampla e dinâmica economia de mercado. Inserido desde o início na periferia do sistema capitalista, não pode converter as imensas riquezas que tinha produzido durante três séculos de sua história em desenvolvimento econômico e social. Sua passagem de uma era para outra – de colônia para Estado-nação – seria carimbada pela permanência do atraso estrutural vivido pelo maior país do continente sul-americano. Na primeira metade do século XIX, após o fim do período colonial, na época do renascimento agrícola, não se registravam alterações substantivas nessa estrutura brasileira arcaica. [...] Diferentemente do capitalismo de via clássica e de via prussiana, o capitalismo de via colonial não consegue realizar uma política econômica autônoma e um capitalismo sustentado. A acumulação capitalista advinda da produção de tantas riquezas no Brasil migrou para Europa, pólo hegemônico do capitalismo mundial, ou seja, produziu-se para a Metrópole, não se retendo na colônia o resultado de tantos esforços (REGO et al, 2005, p.25).

A constituição do capitalismo pela via prussiana, característica daqueles países de industrialização retardatária no século XIX, apresenta algumas semelhanças com aquele desenrolado no Brasil, o de via colonial, como, por exemplo, a existência de grandes propriedades de terra e a ausência de revoluções democrático-burguesas. No Brasil, deve ser mencionado, que a evolução do capitalismo não foi seguida de

idéias iluministas que gerassem pensamentos humanistas, ainda que utópicos, na busca de uma comunidade democrática.

Entretanto, a diferença cabal entre estas duas vias de construção do modo de produção capitalista se caracterizou pela questão da forma de propriedade fundiária implementada na colônia, o latifúndio. Se na via prussiana houve uma passagem do feudalismo para o capitalismo, na via colonial não, pois o Brasil desde o seu “descobrimento” já nasce inserido no contexto do capitalismo comercial (na empresa colonial). Assim sendo, os países que construíram seu desenvolvimento pela via clássica puderam beneficiar-se dos ganhos da era colonial através da acumulação primitiva². Esta não existência do feudalismo teve impactos importantes na constituição do Estado brasileiro e em sua representatividade. Segundo Faoro (2001), por exemplo, somente países que passaram pela etapa do feudalismo, ou que foram colonizados por aqueles que passaram, ampliaram uma economia capitalista industrial (Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, França, Alemanha e Japão).

Diferentemente destes, os países ibéricos, que não vivenciaram o feudalismo, transportaram às suas colônias um modelo hierárquico de Estado patrimonial tendo em vista que o feudalismo não criou um Estado. Portugal, em particular, herdou ao Brasil uma justiça, baseada no direito romano, marcada pela arbitrariedade e pela decisão do caso a caso. A justiça não se caracterizava pela impessoalidade e pela não interferência dos julgados. Assim, dessa forma, o direito romano estimulou o fortalecimento de um Estado patrimonial em que o poder do príncipe, sua supremacia, imperava diante da submissão de seus súditos. Esta autoridade propagou-se às áreas administrativa, política e militar, pois o príncipe era visto com a qualidade de senhor de Estado, proprietário eminente ou virtual sobre todas as pessoas e bens (Faoro, 2001, p.27). O príncipe, portanto, representava um órgão centralizador dirigente das próprias atividades comerciais. Todas as atividades comerciais e industriais estavam sob o controle do reino. A Coroa reservava para seu comando imediato os setores mais lucrativos e, apenas, concedia e autorizava-os à burguesia nascente presa às suas rédeas douradas. Vale lembrar, que foi o Estado quem patrocinou as grandes navegações, explorações coloniais na África, na Ásia e na América. Ele interveio em todas as atividades, deixando as bases para um Estado patriarcal.

² O termo acumulação primitiva foi desenvolvido por Marx (1983) no capítulo XXIV do “Capital” para designar o processo histórico real através do qual a classe operária sem propriedades e a classe capitalista foram criadas. Ao contrário da escola liberal clássica a qual afirmava que o capital era criado pela abstinência, como fonte original da acumulação, Marx dizia que a abstinência só poderia levar a acumulação do capital se já existissem relações capitalistas de produção. Sendo assim, as origens do capitalismo encontravam-se na transformação das relações de produção, principalmente no campo, e para essa mudança desempenharam, de fato, papel fundamental a conquista, a escravização, o roubo, o assassinato e etc. Portanto, medidas pouco civilizadas, por vezes utilizando-se da violência, foram fundamentais, como, por exemplo, no regime de cercamentos dos campos, na expulsão das populações agrárias, nas colônias, nas cruzadas de extermínio, na escravização e sepultamento da população aborígine nas minas, no saque das índias orientais e na transformação da África em campo de caça de escravos. A este respeito, tendo em vista certa similaridade, é interessante apontar o trabalho de Chang (2002). Este autor, ao analisar as estratégias de desenvolvimento em perspectiva histórica, menciona os mitos de *free-trade* como política adotada pelos países que hoje são grandes potências.

De um modo geral, então, pode-se dizer que a formação do Estado brasileiro, segundo Faoro (2001), a partir da herança portuguesa, teve como elementos característicos o patrimonialismo e o estamento burocrático, os quais conduziram ao longo da história a um Estado independente da nação.

Já em 1549, por exemplo, quando Tomé de Souza, nomeado Governador geral, chegou à Bahia, com o Regimento do Governo (o equivalente a nossa primeira Carta Magna) o Brasil começaria a ser construído de cima para baixo. Com ele também vieram o Provedor-Mor (hoje, o equivalente ao Ministro da Fazenda), o Ouvidor-Mor (hoje, o equivalente ao Ministro da Justiça) e um representante do clero (o poder espiritual). Nessa configuração, não havia o povo³. Dessa forma, a constituição do Estado Brasileiro precedeu a sociedade – o Estado burocrático. A burocracia estatal já dispunha de Ouvidor-mor, Governado Geral e outras instituições da burocracia estatal, sem que existisse povo. A nação foi criada pelo Estado e não o contrário (Chieza, 2005).

A não nítida separação entre as esferas pública e privada – o patrimonialismo – também foi consolidada na sociedade brasileira a partir da herança portuguesa como forma de dominação por parte da elite política. Neste sentido, algumas peculiaridades do Brasil contribuíram para o predomínio do poder central, como as grandes distâncias geográficas, a extensão da costa e o isolamento das propriedades rurais⁴.

Ainda segundo Faoro (2001), o Brasil a partir da herança do Estado português, apresentaria um estamento burocrático – uma espécie de poder e dominação política, pelo tipo tradicional⁵, exercida por um grupo social que dominava a máquina política e administrativa e, através dessa máquina, vertiam seus benefícios de poder, riqueza e prestígio. Este estamento burocrático⁶, herdado de Portugal⁷, foi quem deu

³ O índio era considerado um elemento estranho em suas terras, e sempre que representava perigo era afastado.

⁴ A própria criação das capitanias hereditárias é um bom exemplo de patrimonialismo. Portugal, em virtude da incapacidade de colonização, concede-as ao privado, em nome do rei. Uma mistura do público com o privado para manter a dominação do rei sobre os súditos.

⁵ Faoro (2001) foi um cientista muito influenciado pelas idéias Weberianas, e assim, tentou aplicar conceitos de Weber à realidade brasileira. Para Max Weber existiriam três formas de dominação: a carismática, na qual o poder se imporia pelo carisma; a racional-legal, cujo poder se exerceria pelo Estado de direito, pela legislação e convenções e acordos e, finalmente, a dominação tradicional, cujo poder se sustentaria na tradição, na crença e na inviolabilidade daquilo que tem existido desde os tempos remotos. A dominação estamental no Brasil se enquadraria, então, no tipo tradicional de dominação política.

⁶ Para Max Weber (1977) existe diferença entre classe social e estamento. Resumidamente falando, o conceito de classe social abrange um grupo de homens definido do ponto de vista econômico. Já um estamento, não necessariamente apresenta o critério econômico como preponderante, ele tem status próprio. Riqueza não é pré-requisito para exercer poder político. Por exemplo, a sociedade feudal era constituída por três estamentos, a nobreza, o povo e o clero, tendo cada um, estatuto jurídico próprio. Ao clero, cabia rezar, aos nobres, guerrear e ao povo, arar a terra. A noção de estamento era mais abrangente e de contornos menos precisos. Por conseguinte, o estamento refere-se a uma situação privilegiada que certos grupos sociais gozam, mesmo que essa posição não seja reconhecida do ponto de vista jurídico. Isso pode acontecer na política tradicional em que o estamento político utiliza-se do poder político como se fosse de sua propriedade.

⁷ O rei de Portugal era proprietário de mais da metade das terras portuguesas. A terra o pertencia e o quadro administrativo fazia o controle em nome do rei. Em Portugal o título de nobreza era concedido pelo rei, ao contrário da França, por exemplo, cujo título de nobreza vinha do berço. Essas manifestações, determinadas por relações sociais pessoais, não por coincidência guardam estreita relação com o jeitinho brasileiro em que, por muitas vezes, a zona entre ética e corrupção faz com que esta última seja institucionalizada. A título de ilustração vale à pena ressaltar, dentre outros, o escândalo das passagens aéreas, que veio à tona em 2009, na qual políticos utilizando-se de seu direito a cotas aéreas desviavam esta verba pública para fins privados.

origem ao patronato político brasileiro. Sua origem estaria no próprio patrimonialismo, conformando-se no Brasil, por tais razões, uma espécie de patrimonialismo-burocrático autoritário.

Estas variantes, por mais de cinco séculos – desde Dom João I aos dias atuais – têm caracterizado as instituições vigentes no Brasil, e são expressas no sentimento de impotência da sociedade perante suas mazelas sociais. Uma espécie de dicotomia entre Estado e sociedade. Coutinho, partindo de outra abordagem argumenta:

Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século [séc. XIX e XX], foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, em vez de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático – contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada (COUTINHO, 1967, p.142, Grifo nosso).

O próprio processo de independência política do Brasil em 1822 foi marcado por essa ausência de rupturas bruscas e pela duplicidade de caráter: se é verdade que este movimento significou o fim da era colonial com um novo tipo de autonomia política, sendo referência para a formação da sociedade nacional brasileira, também é verdade que ele manteve traços conservadores, como, por exemplo, a escravidão⁸ e que, de fato, representou a formação de um Estado burguês. Então, se ao mesmo tempo este processo apoiou-se em princípios modernos e revolucionários, como o liberalismo político, ele preservou e consolidou a mesma ordem social do período colonial. De fato, o projeto de um Estado nacional era liberal apenas em seu aspecto formal, já que as elites brasileiras apoiaram-se nas idéias liberais, ideologicamente, para lutar contra a sua subordinação em relação aos interesses da Coroa e pela sua emancipação. Na prática, este Estado nacional independente era instrumento da dominação patrimonialista ao nível político, pois as elites necessitavam do Estado para a manutenção de estruturas sociais capazes de conduzi-las ao monopólio de poder político e para criar condições econômicas, sociais e culturais para formar o “substrato” de uma sociedade nacional (Fernandes, 2002, p.1554). No período da extinção do estatuto

⁸ O trabalho escravo, apesar de resistir a quase meio século após a abolição do tráfico (1850), não resistiu à inserção da economia brasileira à economia internacional. Vale lembrar que a Inglaterra pressionava fortemente o Brasil para que abolisse a escravidão por diversos motivos econômicos ocultos. Assim, a abolição em 1888, ao aumentar o número de pessoas que não tinham fontes de rendimentos permanentes ou sequer domicílio, resultou no surgimento de diversas favelas em algumas cidades do Brasil. Além disso, a importação de imigrantes em detrimento da utilização dessa vasta nova mão-de-obra livre nacional era explicada, dentre muitos motivos, pelo primitivismo dos seus hábitos de trabalho, que se combinava freqüentemente com deficiência física, assim como tradições e costumes que lhe foram inculcados, os quais criavam sérios obstáculos à exploração capitalista. Dessa forma, os fazendeiros de café e os industriais principiantes preferiam admitir operários-imigrantes, pois já estavam mais habituados ao trabalho assalariado, ainda que tivessem maiores salários. Ademais, o salário de um trabalhador de muitas zonas do Norte e do Nordeste do Brasil era, muitas vezes, inferior aos gastos com a manutenção de um escravo nos últimos anos do Império.

colonial, a elite brasileira estava muito mais preocupada com a defesa da escravidão, da propriedade, da manutenção do *status quo* e da apropriação dos meios de poder, do que com a integração da sociedade nacional.

Posto isto, pode-se afirmar que a maior autonomia política do país provocou mudanças nas relações entre o capital internacional e a economia nacional. Ou seja, o comércio passou a ser controlado de dentro e as elites ao internalizar o poder, passaram a controlar diretamente o comércio de seus produtos. A geração de excedente econômico interno, sem a intervenção da Metrópole, passou a ser consumida em novos padrões de consumo e investida na diversificação de atividades produtivas. O fluxo de renda, antes canalizado de fora para dentro, passou a orientar-se internamente. No entanto, como as elites senhoriais absorveram o controle da economia, do Estado e da vida social, elas passaram a participar da renda de exportação de maneira mais vantajosa, transferindo para si parcelas da apropriação colonial, que antes ficavam em mãos da Metrópole ou de seus agentes econômicos.

O processo de independência política, portanto, não conduziu a nenhuma transformação econômica revolucionária, mas alterou de modo significativo a relação de dependência econômica (Reis, 2003, p.220). Ou seja, a independência não significou a emancipação nacional, mas a renovação da dependência sob novas bases. Bases não mais políticas, mas, agora, econômicas.

A partir deste ponto, em diante, diversos autores e escolas de pensamento tentaram explicar essa dependência econômica brasileira, destacando-se dentre muitas, sobretudo pelo seu pioneirismo, as teses defendidas por Furtado (1972) e Tavares (1972).

Na abordagem destes autores, o crescimento econômico brasileiro estava ligado ao crescimento da demanda externa por produtos primários, o que caracterizaria a economia nacional, predominantemente agrícola-exportadora, como “reflexa e dependente” (Tavares, 1972, p.31). A idéia central do argumento, base da doutrina econômica da CEPAL, residia no fato de que o padrão de relações de comércio exterior entre os países do centro (industrializados) e os países da periferia (América Latina) havia criado uma divisão internacional do trabalho que impusera aos países da periferia a especialização na produção de produtos primários para exportação para os países do centro, os quais, por sua vez, supriam de produtos manufaturados os países da periferia. Dentro dessa divisão internacional do trabalho, o padrão de crescimento dos países periféricos era “voltado para fora”, isto é, o setor exportador era predominante no processo de crescimento da renda interna, com a procura externa funcionando como o “motor do crescimento”. Assim, como o centro de decisão da economia dos países periféricos ficava fora desses países eles apresentavam economias reflexas e dependentes (Suzigan, 1986, p.24)⁹. Em consequência, a

⁹ É interessante notar, como expõe Celso Furtado (1972) em *Formação Econômica do Brasil*, que até mesmo o recente processo de industrialização por substituição de importações fora dinamizado, paradoxalmente, pela defesa dos interesses das elites locais através da intervenção estatal nos moldes que seriam sugeridos anos depois por Keynes em sua *Teoria Geral*. Ou seja, os governos da época, empenhados em defender os interesses das classes dominantes agroexportadoras e em equilibrar o balanço de pagamentos do país, enfrentavam a queda dos preços internacionais do café, fazendo estoques reguladores ou depreciando o valor do cruzeiro, o que implicava a sustentação da renda interna e das atividades cafeeiras, ao mesmo tempo em que “inconscientemente” estimulava a produção interna de manufaturados.

única saída para reverter esta situação de deterioração dos termos de intercâmbio da periferia¹⁰ e alcançar a emancipação econômica seria a industrialização capitaneada pelo Estado. A industrialização permitiria não apenas a retenção dos frutos do progresso técnico, como também o aumento da produtividade e o nível de renda, com benefícios para toda a população (Mantega, 1989, p.31). Somente desta forma o desenvolvimento econômico poderia ser alcançado com soberania, isto é por meio de protecionismo e de uma participação agressiva do Estado na economia, quer como catalisador e financiador do processo de industrialização, quer como produtor direto de serviços públicos e mesmo de bens intermediários como aço, petróleo e produtos químicos (Furtado, 1972).

O processo de industrialização por substituição de importações (PSI) vale dizer, se desenvolveu com relativo sucesso na economia brasileira dentre as décadas de 1930 e 1940, mas já a partir de 1950 começou a mostrar seus limites e sinais de esgotamento. De fato, o PSI além de significar o início da produção interna de um bem antes importado, denotou também uma mudança qualitativa na pauta de importações, pois conforme aumentava a produção interna de bens de consumo anteriormente importados, aumentava também a importação de bens de capital e de bens intermediários necessários para essa produção. No entanto, este processo resultou apenas em uma industrialização restringida, conforme denominado por João Manuel Cardoso de Mello (1982), uma vez que os setores produtores de bens de capital e de bens intermediários eram pouco desenvolvidos no país o que, por sua vez, impedia os estímulos e interações interdepartamentais entre o setor produtor de bens de consumo e o de bens de produção, condição empiricamente importante para a realização da acumulação capitalista nas economias industrializadas (Oliveira, 1977).

Já a partir do Plano de Metas, a despeito de ter sido este um momento de consolidação do PSI¹¹, a economia brasileira tornou-se uma das mais abertas e internacionalizadas do mundo:

As transformações estruturais que ocorreram na segunda metade dos anos 1950 implicaram a oligopolização da economia brasileira, quando os principais ramos industriais passaram a ser constituídos por um reduzido número de grandes empresas, reproduzindo o processo que se iniciara no final do século XIX com as economias capitalistas desenvolvidas. A participação hegemônica do capital internacional na produção manufatureira também foi possível devido à própria mudança da estratégia de investimentos das grandes corporações estrangeiras, que em meados da década de 1950 estavam começando seus movimentos de transnacionalização. O acirramento da

¹⁰ Este termo, de deterioração dos meios de troca, foi conceituado inicialmente por Raul Prebisch em seu livro *El Desarrollo Económico de América Latina y algunos de sus Principales Problemas*. Prebisch, cérebro da CEPAL e principal responsável pela projeção de suas idéias, ao cunhar a relação centro-periferia, contradizia a imagem de harmonia e cooperação mundial sugerida por autores neoclássicos da Teoria das Vantagens Comparativas, como Samuelson e outros. Para Prebisch, a Teoria das Vantagens Comparativas poderia ser válida para qualificar as relações entre países com o mesmo grau de desenvolvimento e mesma capacidade competitiva, mas só trazia desvantagens para os países subdesenvolvidos já que haveria uma suposta degradação secular dos preços dos produtos primários no mercado mundial diante dos manufaturados (Mantega, 1986, p.31).

¹¹ As taxas de crescimento, no período 1955-1962, para o setor produtor de bens de capital e produtor de bens de consumo duráveis alcançaram 26,4% e 23,9% respectivamente.

concorrência entre os grandes oligopólios internacionais americanos, europeus e japoneses estendeu essa disputa até os países subdesenvolvidos. O Brasil pelo tamanho de seu mercado interno, o que era também efeito do próprio sucesso do processo de substituição de importações tornou-se um espaço privilegiado para a atuação das empresas multinacionais (REGO et al, 2005, p.99).

Em consequência, apesar de o PSI ter aprofundado o fechamento do país às importações, o mecanismo de reserva de mercado, que impedia a importação de produtos com similar nacional, conduziu a economia do país a uma enorme abertura ao capital externo¹².

Assim, se o desenvolvimento industrial brasileiro, no decorrer da segunda metade do século XX, supera parcialmente o papel histórico de fornecedor de alimentos e matérias-primas, ele implica, por outro lado, a instauração de uma nova dependência financeira e tecnológica em relação aos países desenvolvidos.

Aliás, foi nesse contexto de internacionalização do mercado interno que Cardoso e Falleto (1981) formularam sua tese de um possível desenvolvimento dependente e associado da periferia do sistema, fruto de um novo círculo virtuoso da acumulação capitalista. Já aquela época Cardoso (1971; 1972) percebera os novos relacionamentos entre as empresas industriais nacionais e o mercado internacional, antecipando a configuração que mais tarde convencionar-se-ia, genericamente, de globalização. Neste sentido, as altas taxas de crescimento que caracterizaram, de modo geral, a economia brasileira no período de 1950 a meados da década de 1970, contribuíam em favor destes autores, anulando, aparentemente, a idéia de que o desenvolvimento do país só seria possível caso fosse calcado na aliança entre a empresa nacional e o Estado, frente ao poderio do grande capital multinacional¹³.

Todavia, a despeito dessa possibilidade de desenvolvimento associado, o próprio autor já havia notado que o empresariado brasileiro não se encaixava na estratégia desenvolvimentista do país, baseada na integração entre a burguesia nacional, o trabalhador e o Estado, em oposição às peripécias do sistema internacional¹⁴:

¹² As empresas multinacionais respondem pela produção de mais da metade dos bens de consumo duráveis no país, além de parcela expressiva dos bens de capital e até mesmo dos bens de consumo não duráveis. Este controle externo da estrutura produtiva, dado o grau de desenvolvimento do Brasil, não encontra similaridade em nenhum outro país, o que fica mais acentuado se se considera o grau de abertura financeira, que mede as despesas líquidas do país com suas relações econômicas externas (Gonçalves, 1994).

¹³ Embora as teorias do imperialismo tenham defendido a idéia de que o capital estrangeiro e as multinacionais, aliadas às elites do setor primário-exportador, procuravam impor empecilhos à industrialização e ao desenvolvimento econômico da periferia, as décadas de 50 e 60 revelaram a importância das multinacionais na industrialização do país, principalmente no setor de bens de consumo duráveis, conforme apontado por Cardoso e Falleto (Teixeira, 2007).

¹⁴ Fernando Henrique (1971; 1972) ao estudar a ideologia do empresariado brasileiro à época notou que quanto mais moderno determinado setor era, mais fortes eram seus vínculos com o exterior, e vice-versa. Paralelamente, quanto mais vinculados ao exterior, menos favoráveis eram os empresários às alianças com o operariado, e vice-versa. Ou seja, o processo de emancipação nacional não poderia ser designado às burguesias industriais dos países dependentes, para decepção de muitos teóricos ansiosos pela chegada das revoluções burguesas na periferia do sistema.

Fernando Henrique identificou justamente o surgimento desse novo arranjo, no qual o regime capitalista produzia vínculos entre o capital externo e a estrutura interna dos países da periferia, conduzindo-os a uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira, que implicava a reordenação das formas de controle social e político. No caso específico do Brasil e de alguns países da América Latina, a reorganização do Estado através da reorganização do próprio regime político deu-se de forma a permitir uma centralização autoritária necessária à consolidação do modo capitalista de produção nas economias dependentes. Assim, os sedutores números da década de 1970 pareciam confirmar o diagnóstico inicial sobre o surgimento de uma nova etapa de desenvolvimento na qual se articulavam a economia do setor público, as empresas monopolistas internacionais e o setor capitalista moderno local, naquilo que ele chamou de “tripé do desenvolvimento associado”. Contudo, quando inseridos no contexto de uma série mais longa, tais números, ao não se sustentarem por muito tempo, indicam não o surgimento de uma nova etapa de desenvolvimento – algo que não pode ser confundido com industrialização – mas a emergência de uma nova configuração do próprio capital, onde a industrialização da periferia tornara-se necessária para a nova plataforma de valorização que começava a surgir e que, de início, necessitava da internacionalização da própria produção, embora prescindisse de seu desenvolvimento posterior (PAULANI, 2005, p.10).

Assim, a economia brasileira no último quarto do século XX e início do XXI, embora tenha alcançado a industrialização, não logrou os frutos do desenvolvimento integralmente. Em verdade, nesta fase “pós-substituição de importações”, a natureza do desenvolvimento industrial mudou, já que, a partir de então, passou a ser determinada principalmente pela emulação, entre os grupos de renda mais alta, dos padrões de consumo típicos dos países centrais. Desse modo, a industrialização adquiriu a conotação de uma mera descentralização geográfica de atividades manufatureiras. Esta descentralização, no entanto, não significa uma industrialização no sentido de autonomia para criar produtos industriais e/ou na capacidade de endogeneizar o progresso técnico¹⁵. Significa apenas localizar, parcial ou totalmente, na periferia, a produção física de artigos que continuam a ser criados nos centros dominantes (Suzigan, 2001).

Por tais razões, uma vez mais na história do país, assiste-se a uma restrita minoria que se integra mundialmente, colhendo os frutos da nova arquitetura mundial, isto é, das finanças internacionalizadas, ao

¹⁵ Ainda hoje, vale lembrar, o Brasil exporta diversas *commodities*, de baixo valor agregado, para mais tarde importar produtos processados, derivados destas *commodities*, elaborados por países que muitas vezes não produzem sequer uma unidade desta respectiva *commoditie*. Exemplo disto, dentre outros, é o caso do café verde. O Brasil exporta milhares de sacas desta variedade de café que, por sua vez, é processado nos países de destino. A Alemanha, por outro lado, apesar de não plantar um único pé de café, se encontra entre os três maiores exportadores do mundo neste produto. Para tal feito, libera a importação de grãos, que não produz, e, por meio de tarifas e outras barreiras não-tarifárias, dificulta a importação do café solúvel, de maior valor agregado. Desta forma, um saco de café verde importado a US\$ 60, por exemplo, pode gerar à economia local uma renda dezenas de vezes superior. Enquanto o Brasil ganha US\$ 1 por quilo de café, se estima que a Alemanha, ao beneficiá-lo e vendê-lo no mercado europeu, ganha US\$ 12 por quilo (Paulino, 2002). Neste sentido, cabe destacar o trabalho de Palma (2004). Este autor, ao comparar as trajetórias de crescimento e de evolução das exportações na América Latina e no Leste Asiático desde os anos 60, atribui o expressivo sucesso da segunda região em relação à primeira, diretamente ao esforço continuado, tanto por parte do governo como do setor industrial, de agregar valor à oferta (ao longo da curva de aprendizado) e adaptar à demanda externa (acompanhando as incessantes mudanças da demanda internacional) sua produção para exportação.

mesmo tempo em que se observa uma grande massa deixada de lado. Uma economia que, embora industrializada e com alguns setores modernos, continua subdesenvolvida – na medida em que seus indicadores sociais estejam aquém do grau de desenvolvimento alcançado pelo país¹⁶. Esta persistente dualidade da economia brasileira é explicada, em grande parte, pelas políticas econômicas adotadas ao longo das últimas décadas e, sobretudo, pelo viés no desigual gasto social do país que reforça nosso modelo concentrador de renda. Antes que se analise tal viés, debrucemo-nos um pouco mais nas contradições correntes da sociedade brasileira.

3 As contradições sociais do Brasil revisitadas

O Brasil do século XXI apresenta a maior economia da América do Sul e a nona maior do mundo em termos de PIB¹⁷. O país possui uma imensa diversidade social, cultural e ecológica, abarcando, por um lado, lugares ambientalmente considerados patrimônio mundial como, por exemplo, a floresta amazônica e, por outro, locais urbanamente saturados como as grandes capitais do país (caracterizadas por trânsitos caóticos em rodovias e favelas). Em menos de 50 anos, diga-se de passagem, o Brasil sofreu profundas mudanças estruturais:

– perda de importância do setor agrícola (tanto em termos de emprego rural, quanto em participação na demanda final) confirmando a Lei de Engels de que quanto maior a renda per capita de um país ao longo de um período, menor a participação de alimentos, e produtos relacionados, na composição da demanda.

¹⁶ Os indicadores de desenvolvimento humano no Brasil são, desfavoravelmente, comparáveis com países de renda similar e até mesmo com alguns países de renda baixa, sem falar nos países desenvolvidos. Em 2004, por exemplo, o Brasil se localizava na posição de número 72 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 9 posições abaixo do que seria esperado a partir de sua renda. No Brasil, a expectativa de vida ao nascer, em 2000, era de 68 anos, comparado com 75 em outros países de renda média alta, tal como a Coreia do Sul. A taxa de mortalidade para menores de 5 anos de idade no Brasil é de 36 por mil, ao passo que na Costa Rica, país de renda similar, a taxa é de 11, e na Coreia de 5. A despeito do progresso recentemente conquistado, estima-se que mais de 10% das crianças com menos de 5 anos de idade sofra de subnutrição no Brasil. Além disso, como apontado em relatório do Banco Mundial de 2001, o Brasil apresenta uma alta incidência de trabalho infantil de acordo com o seu nível de renda - cerca de 7 milhões de crianças ainda trabalhando, apesar da erradicação do trabalho infantil ter sido oficialmente estabelecida como prioridade. No campo da educação, paralelamente, os números não são dos mais agradáveis também. A taxa de conclusão do ensino primário, por exemplo, é de apenas 71% no Brasil, nível muito baixo para um país de renda média alta. A taxa de alfabetização adulta é de 85% de acordo com números do governo (embora pesquisadores independentes afirmem que esta taxa não passa de 50%) ao passo que na Costa Rica é de 95% (Todaro e Smith, 2006). Os números do IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, também expressam esta pífia *performance* brasileira na educação. Em 2009, por exemplo, o resultado deste índice nos revela que o melhor desempenho das escolas públicas do Brasil se encontra nos primeiros 4 anos do ensino fundamental – quando o índice atinge nota 4,6. Nos países da OCDE, no entanto, a respectiva nota média é 6,0. Ademais, não custa lembrar, que quando se trata do ensino médio o desempenho é bem pior: 3,6 - sem contar as situações ainda mais graves em alguns bolsões de pobreza localizados, principalmente no Nordeste e no Norte do país (MEC/Inep).

¹⁷ Baseado em cálculos por paridade de poder de compra (PPP) o Brasil só é superado pelos EUA, China, Japão, Índia, Alemanha, Reino Unido, França e Itália (Sustainability, 2006).

– um substantivo crescimento da produção industrial a partir da década de 1950, atingindo seu pico na década de 1970, seguido de uma estagnação industrial a partir de meados dos anos 1980¹⁸.

– um expressivo aumento da atividade terciária, acompanhando a tendência das sociedades pós-industriais, sociedades às quais tem no setor de serviços a maior participação na ocupação também¹⁹.

– a estabilização da moeda nacional, controlando o que por décadas corroeu o poder de compra da população, isto é, a inflação inercial resultado de um acirrado conflito distributivo e de mecanismos de indexação formal e informal da economia.

– e, por fim, um fortalecimento das instituições democráticas, ainda que com base na democracia representativa, desde o fim do período ditatorial e a constituição de 1988²⁰.

Assim sendo, é possível dizer que o Brasil adentrou a modernidade de forma definitiva. Ainda que a concentração da propriedade agrária permaneça em grande medida²¹, a dinâmica do país assemelha-se em muitos aspectos com as civilizações modernas, seja em termos de processos econômicos, tendências à juridificação, limites burocráticos do sistema político, mudança, na direção de um distanciamento, das identidades coletivas calcadas na pertença à classe operária e daí por diante (Domingues, 2004, p.198).

Evidentemente, contudo, mesmo em um país tão ocidentalizado como o Brasil, tal modernidade não significa simplesmente uma reprodução da modernidade europeia ou dos EUA, como se no final das contas todos chegássemos ao mesmo destino.

¹⁸ A partir de meados de 1980 o fenômeno da desindustrialização tem sido vastamente associado a diversos países do terceiro mundo. Segundo Bêrni (2000), entretanto, não é possível afirmar que o Brasil passa por uma desindustrialização, ao menos no sentido clássico do termo, definido por Rowthorn e Wells (1987). Estes autores, britânicos, caracterizam a desindustrialização, dentre algumas variáveis, pela manutenção de reduzido emprego industrial. O fato é que, o emprego industrial, apesar de modesto para uma população até então crescente, aumenta no Brasil.

¹⁹ A peculiaridade da economia brasileira reside no fato de que o país nem completou plenamente a industrialização (uma vez que os produtos de base industrial, tecnologicamente mais avançados, e, sobretudo, os chamados setores de bens de capital, que desenvolvem tecnologia e que são os segmentos mais dinâmicos da atividade industrial, não foram plenamente internalizados no país) e já alcança este processo de “terceirização”. Em verdade, este inchamento do setor serviços, é explicado em grande parte pelo intenso processo de êxodo rural, e o conseqüente saturamento das grandes cidades, que predominou no Brasil no século XX. Devido a esta desruralização, muitos trabalhadores sem terra que tiveram a oportunidade de entrar no mercado de trabalho, o fizeram com uma precária qualificação da mão-de-obra, contribuindo, assim, para a abrupta queda na produtividade do trabalho do setor de serviços (Bêrni, 2000, p.17).

²⁰ Vale lembrar, que somente na Constituição de 1988 o Brasil finalmente reconhece o direito de voto aos analfabetos, estendendo-o também aos jovens a partir de 16 anos. Apenas após centenas de anos, portanto, e ao custo de milhares de vidas, o país dá um passo importantíssimo para o avanço da cidadania.

²¹ De acordo com as Nações Unidas, o índice de Gini para a concentração de terras no Brasil é de 0,85, caracterizando o país como um dos mais desiguais do mundo. Estima-se que 1% dos proprietários de terra possua metade das terras cultiváveis do país; 40% as quais não são cultivadas. A extrema desigualdade na distribuição deste recurso, legado do período colonial, fez com que a partir da constituição de 1988 fosse permitido ao governo desapropriar terras não ocupadas e/ou improdutivas concedendo às aos “sem terras”. O movimento dos trabalhadores sem terras (MST), instituição internacionalmente reconhecida, congrega hoje proletários, bóias-frias e milhares de famílias rurais pobres que vagam pelos campos brasileiros à procura de ocupação e renda, mas que enfrentam grandes dificuldades em virtude do poder político dos grandes proprietários de latifúndios - *agrobusiness*. O MST há vinte anos utiliza-se de ocupações de terras para colocar pressão no governo por mais apropriação de terras, reforma agrária e justiça social. Não raramente estes fatos geram atritos com a polícia e com os proprietários, levando inclusive a morte de manifestantes e envolvidos, infelizmente.

A despeito desse grande dinamismo da sociedade brasileira, e de sua respectiva economia, um enorme desafio ainda permanece vivo, qual seja a inclusão social, tendo em vista que o Brasil apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo, e a maior da América latina, sendo esta a região mais desigual economicamente do globo.

Deve ficar claro, entretanto, que o Brasil não é um país pobre. Quando se compara, por exemplo, a distribuição dos países baseada na renda per capita média da população, em oposição à distribuição dos países baseada na renda média dos 20% mais pobres de suas populações, verifica-se que em relação à primeira, 61% dos países estão abaixo do Brasil, enquanto que em relação à segunda medida, apenas 46% dos países estão abaixo. Isto demonstra que os mais pobres da população brasileira são muito mais pobres do que seria esperado, dada a renda per capita média do país. Assim, os altos níveis de pobreza no Brasil não são explicados pela falta de recursos. Como demonstra a tabela 1, a renda per capita média do país é seis vezes o valor de sua linha de extrema pobreza e três vezes o valor de sua linha de pobreza. Portanto, existem recursos suficientes para aliviar substancialmente a pobreza do país. E estes altos níveis de pobreza e extrema pobreza são o resultado de uma distribuição desigual dos recursos disponíveis, não de sua escassez²² (Barros et al, 2008).

Tabela 1 – Pobreza e extrema pobreza no Brasil*, 2007

Indicadores	Pobreza	Extrema Pobreza
Renda média (em R\$ por mês) **	533	533
Razão dos efetivos (porcentagem de pobres)	28	10
Número de pessoas vivendo na pobreza (em milhões)	51	18
Linha da pobreza (em R\$ por pessoa ao mês) **	175	88
Relação entre a renda média e a linha de pobreza	3.0	6.1

Fonte: Barros et al (2008).

* Estimativas feitas usando-se a linha de pobreza regional média.

** Valores em R\$ de Setembro de 2007.

As tabelas 2 e 3, de modo similar, ilustram melhor o nível de concentração do país e o fato de não haver uma correlação forte entre os níveis de renda per capita e o grau de concentração da renda em países em desenvolvimento, respectivamente.

²² É importante salientar, como observa Francisco de Oliveira, que estar logo acima da linha de pobreza não significa adentrar no paraíso do consumo. Sendo assim, estes números apenas fornecem uma aproximação subestimada do grau de pobreza do país. Primeiro porque o nível de renda considerado como linha da pobreza é realmente muito baixo. Segundo, pois a pobreza envolve questões multidimensionais que não somente a renda do indivíduo.

Tabela 2 – Indicadores de desigualdade de renda no Brasil, 2007

Indicadores	Valor
Participação na renda dos decis mais pobres (%)	
Primeiro	0.9
Segundo	3.0
Terceiro	5.9
Quarto	9.9
Quinto	15.0
Sexto	21.5
Sétimo	29.6
Oitavo	40.5
Nono	56.5
Participação na renda dos 10% mais ricos	43.5
Participação na renda do 1% mais rico	12.3
Coefficiente de Gini	0.552
Índice T-theil	0.613
Razão entre a renda dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	17.7
Razão entre a renda dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres	20.2

Fonte: Barros et al (2008).

Tabela 3 – Renda per Capita e desigualdade em países em desenvolvimento, 1990-2000s.

País	PNB per capita 2002 (U.S.\$)	Participação na renda dos 40 % mais pobres	Razão entre os 20 % de maior e os 20 % de menor renda	Coefficiente de Gini
Quênia	360	14.9	9.1	0.45
Bangladesh	380	21.5	4.6	0.32
Indonésia	710	20.3	5.2	0.34
Sri Lanka	850	19.8	5.4	0.34
Filipinas	1.030	14.2	9.7	0.46
Paraguai	1.170	8.7	27.4	0.38
Jamaica	2.690	17.4	6.7	0.38
Brasil	2.830	7.7	32.2	0.59
Malásia	3.540	12.5	12.3	0.49
Costa Rica	4.070	13.1	12.3	0.47

Fonte: *World Development Indicators*, 2004.

Quênia e Bangladesh, por exemplo, ambos países de baixa renda, e com similares níveis de renda per capita, apresentam distribuições de renda bem diferentes, sendo Quênia um país muito mais desigual. Entre países de renda média, do mesmo modo, é possível observar que embora Jamaica e Brasil possuam níveis parecidos de renda per capita, o Brasil se caracteriza por ter uma concentração bem maior²³. Os

²³ Apesar de não haver uma alta correlação entre desigualdade e renda per capita, ainda assim, é possível que haja uma suave correlação não linear, como sugere a hipótese do U invertido de Kuznets, à medida que países de alta renda também sejam considerados (Todaro e Smith, 2006, p.215). Neste sentido, convém destacar o argumento de Bêrni em relação à curva de Kuznets e o nível de concentração de renda do Brasil. Em suas palavras: “*This places the country as an anomaly as regards the Kuznets curve: per capita income is too high to be accompanied by such a level of distributive concentration. It seems that there is an exclusion bias all over the Brazilian Growth style of the last 40 years, which does not appear to react spontaneously to the system’s working. Thus, an arsenal of economic policy measures must be used, in order to fight inequality*” (Bêrni, 2000, p.19). Assim, embora a correlação estatística, na forma de U invertido, entre desigualdade e renda per capita até possa existir

números brasileiros são mais facilmente vistos como absurdo quando se consideram, por contraste, os números de países desenvolvidos. No Japão, por exemplo, os 20% mais pobres recebem 8,7% da renda nacional, ao passo que os 10% mais ricos recebem 22,4%, praticamente a metade daquilo que recebem os 10% mais ricos no Brasil.

Todos estes fatores fazem muitos estudiosos considerar o Brasil, não por acaso, três nações em uma só: um país rico com uma população do tamanho do Canadá, um país pobre com uma população igual à do México e um país de indigentes, tão grande quanto à Argentina. Vale lembrar, que a desigualdade regional e racial também se faz presente no país, tendo em vista que a incidência de negros e indígenas na população pobre é esmagadora, principalmente nas regiões Norte e Nordeste²⁴. Sendo assim, fica a pergunta: quais os mecanismos que realçam a desigualdade no Brasil de hoje, e de fato porque a desigualdade é um problema sério quando se considera que em economias de mercado ela pode ser até mesmo desejada?

4 A questão da desigualdade econômica no Brasil

A questão da desigualdade econômica tem percorrido a literatura por muito tempo. O debate, em particular, centra-se na existência ou não de um suposto *trade-off* entre distribuição e crescimento. Ou dito de outra forma, seria a desigualdade econômica um empecilho ao crescimento?²⁵

A relevância deste *trade-off* para o propósito inicial deste tópico, entretanto, é secundária, pois a remoção da pobreza é um elemento constitutivo do processo de desenvolvimento e sua importância não

quando se consideram todos os clubes de renda de países, nada garante que o crescimento da renda per capita seja a razão para a redução da concentração de renda: “*inequality seems to be a rather stable part of a country’s socioeconomic makeup, altered significantly only as a result of a substantial upheaval. East Asia achieved its relatively low inequality largely from exogenous forces: the U.S. occupation of Japan, the Nationalist takeover of Taiwan, and the expulsion of the Japanese in South Korea. China’s low inequality resulted from a social revolution and resistance to the Japanese invasion, which resulted in the Communist takeover of 1949. In all four cases, thoroughgoing land reform was implemented that had far-reaching effects on inequality*” (Todaro e Smith, 2006, p.215).

²⁴ Embora o nordeste possua apenas 30% da população total do país, 62% dos pobres brasileiros vivem na região. Além disso, estima-se que em média um trabalhador negro receba 41% do salário de um trabalhador médio branco. A desigualdade por gênero, embora mais suave que a racial, também se faz presente. Aproximadamente 45% da força de trabalho no Brasil é composta de mulheres. Entretanto, homens tendem a dominar os altos cargos, ocupando 85% dos cargos de gestão. As famílias lideradas por mulheres recebem apenas 71% daquilo que a contraparte masculina recebe. Além disso, muitas mulheres são empregadas como babás e domésticas freqüentemente recebendo menos de um salário mínimo, e por vezes trabalhando de forma equivalente ao trabalho escravo, particularmente nas zonas rurais (Sustainability, 2006, p.14-15).

²⁵ Este *trade-off* não deve ser subestimado. Sob certas circunstâncias, uma desigualdade econômica alta pode estimular o crescimento econômico. Em muitos modelos Keynesianos, por exemplo, uma das variáveis responsáveis pelo crescimento é justamente a distribuição de renda em favor dos capitalistas, ou daqueles que possuem maior renda (Lewis, 1954; Kaldor, 1956; 1961; Pasinetti, 1962; 1974). Todavia, há muito a acumulação de capital físico deixou de ser o principal motor do crescimento, dando lugar ao capital humano, à inovação e ao conhecimento. Sob esta perspectiva, uma desigualdade alta tenderia a reduzir o potencial de crescimento do país (Galor e Zeira, 1993; Perotti, 1996). Alguns autores, como Rodrik e Alesina (1994), por sua vez, enfatizam que uma alta desigualdade poderia emperrar o crescimento à medida que a maioria da população, pobre, ao invés de sustentar políticas de maior crescimento votasse por políticas redistributivas. Alesina et al (1996) também destacam que a instabilidade política, derivada de uma alta desigualdade, por si só reduziria o crescimento, assim como Acemoglu (2005) e Benabou (1996), autores que enfatizam mecanismos institucionais pelos quais a elite procuraria sufocar a democracia para preservar seus privilégios. O *trade-off*, portanto, como se nota é bastante polêmico e extenso. Para uma análise mais minuciosa a respeito da revisão deste debate ver: Easterly (2005), em especial parte I. *Literature review* (p.5-9).

deve ser estabelecida a *posteriori*, com base em sua contribuição indireta para o crescimento do PNB ou para a promoção da industrialização. Nas palavras de Sen:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). De forma análoga, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.17-18).

Neste sentido, parece ser sensato crer que a eliminação da pobreza é um ponto fundamental na evolução de um país, cidade, ou seja, lá o que for. É senso comum, portanto, que nenhuma sociedade que se pretenda progressista pode suportar seres humanos vivendo em situação de miséria e/ou em condições insalubres de trabalho. Mas, se por um lado, parece claro que a supressão daqueles que estão abaixo da linha de pobreza tem efeitos positivos sobre o bem-estar social, porque se preocupar com a desigualdade relativa, ou melhor, porque se preocupar com a desigualdade entre aqueles que estão acima da linha de pobreza? O entendimento desta questão é extremamente necessário para que se possa compreender os canais pelos quais a desigualdade econômica se perpetua no país. Logo, é de particular interesse para os brasileiros.

Em primeiro lugar, contudo, cabe lembrar que o lema da utopia igualitária não afirma que todos devam receber a mesma renda, mas sim que todos devam receber de acordo com suas necessidades, tendo em vista que seres humanos são diferentes por natureza tanto em termos de capacidades físicas e mentais quanto à atribuição de valores²⁶.

²⁶ Amartya Sen neste ponto faz uma crítica aos igualitaristas. Para este autor, a pobreza é melhor vista em termos de uma deficiência de capacidade do que em termos da falha em satisfazer as “necessidades básicas” de mercadorias especificadas. O autor faz uma diferenciação entre *funcionamentos* e *capacitações*. O primeiro termo reflete as várias coisas que uma pessoa

Posto isto, é possível dizer que existem duas grandes razões para se preocupar com a desigualdade entre aqueles que estão acima da linha de pobreza. Um primeiro aspecto corresponde à *ineficiência econômica* que isto conduz. De modo geral, quanto maior a desigualdade, menor a parcela da população que está apta a conseguir um empréstimo²⁷. Intuitivamente não fica difícil visualizar os entraves que isto possa causar, já que o crédito, como apontado por Marx, Schumpeter e outros clássicos, é um grande catalisador em economias capitalistas²⁸ – pessoas que não estão qualificadas a tomar dinheiro emprestado não podem expandir seus negócios, ou financiar a educação de seus filhos por exemplo.

O segundo ponto a ser considerado, e talvez o mais importante, é o círculo vicioso que uma extrema desigualdade pode causar na distribuição do poder político²⁹. Países com alta desigualdade, como o Brasil, permitem um fortalecimento do poder político dos ricos bem como seu poder de barganha econômico. Este poder político não raramente é utilizado em seu próprio proveito e, assim, facilita a ineficiência do sistema, na medida em que aloque recursos para *rent-seeking*s, incluindo ações tais como lobby excessivo, monstruosas doações políticas, suborno, nepotismo e etc. Tais rendas duvidosas acabam por beneficiar apenas pequenos grupos privados no poder, em detrimento de dispêndios que poderiam acelerar o crescimento em prol da sociedade tais como escolas, hospitais, infra-estrutura e etc³⁰.

pode considerar valioso fazer e ter, indo desde questões básicas como estar bem nutrido, ter boa saúde e estar livre de doenças até coisas mais complexas como ser feliz, ter respeito próprio e participar da vida comunitária. O segundo termo representa a liberdade substantiva de uma pessoa para realizar combinações alternativas de funcionamentos. O conjunto de vetores de funcionamentos, indicando a liberdade da pessoa, ou seja, suas oportunidades reais para levar um tipo de vida ou outro. A capacitação depende de uma variedade de fatores, incluindo características pessoais e arranjos sociais. Uma pessoa abastada que faz jejum e uma pessoa que passa fome, por exemplo, têm a mesma realização de funcionamentos, mas a primeira tem um conjunto de capacitações diferentes. Uma pessoa com problema renal que necessite de diálise, de modo análogo, pode até ter mais renda do que outra, mas mesmo assim pode ter mais dificuldades em converter recursos monetários em funcionamentos: “ter uma renda inadequada não é uma questão de ter um nível de renda abaixo de uma linha de pobreza fixada externamente, mas de ter uma renda abaixo do que é adequado para gerar os níveis especificados de capacidades para a pessoa em questão (Sen, 2001, p.174).

²⁷ Além disso, quanto maior a desigualdade menor tende a ser a taxa de poupança da economia, uma vez que a maior taxa de poupança marginal localiza-se, usualmente, na classe média. A elite, embora possa poupar uma quantidade absoluta maior de dinheiro, geralmente poupa uma fração menor de sua renda marginal, e gasta em bens de luxo importados, ouro, jóias, cavalos, viagens ao exterior e procura depositar sua poupança em paraísos fiscais. Tal tipo de gasto não representa um incremento nos recursos produtivos do país, mas muitas vezes a drenagem destes recursos (Todaro e Smith, 2006, p.208).

²⁸ A economia brasileira, de acordo com algumas mensurações, possui cerca de 60% de seus empregados trabalhando sem registros legais de trabalho, e 62% de seus trabalhadores do setor privado não contribuindo para a seguridade social. A informalidade é um ponto importante na análise, não apenas por atravancar a expansão do crédito (falta de colateral), e por ter conseqüências sobre o déficit da previdência, já que a população brasileira envelhece; o mercado formal de trabalho não se sobrepõe ao informal e o governo beneficia, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador, milhares de trabalhadores informais. A informalidade é importante, em virtude da precariedade do trabalho, da desproteção social e por estar muito correlacionada com a pobreza: 58% das famílias que estão abaixo da linha de pobreza vivem em famílias lideradas por trabalhadores informais (Neri, 2002).

²⁹ Os representantes negros no governo, por exemplo, são extremamente raros no Brasil. Até mesmo em Estados onde não brancos compõe a maioria da população.

³⁰ Cabe Ressaltar também, como aponta Sachsida et al (2010), que a alta desigualdade econômica do país é positivamente correlacionada com os também altos níveis de criminalidade do país, uma vez que a satisfação e a felicidade dos indivíduos depende não somente de valores absolutos de bem-estar, mas também de valores relativos à sua respectiva posição na sociedade. Assim, na medida em que padrões de consumo sejam estabelecidos pelos meios de comunicação em massa, indivíduos que estejam aquém destes níveis são induzidos a cometerem crime.

A heterogeneidade educacional constitui um exemplo clássico de reprodução da desigualdade econômica brasileira. Uma vez que os níveis de escolaridade e o papel do capital humano são os principais determinantes da dispersão de renda no Brasil, uma grande desigualdade educacional gera um alto nível de desigualdade de renda. Esta desigualdade de renda ou riqueza, por sua vez, como expõe Ferreira (2000, p.25): *“pode implicar numa distribuição desigual de poder político, na medida em que a riqueza gera influência sobre o sistema político. E a desigualdade de poder político reproduz a desigualdade educacional, já que os detentores do poder não utilizam o sistema público de educação, e não tem interesse na sua qualidade, dependendo apenas de escolas particulares. Os mais pobres, por sua vez, não têm meios próprios (nem acesso a crédito) para freqüentar as boas escolas particulares, nem tampouco poder político para afetar as decisões fiscais e orçamentárias que poderiam melhorar a qualidade das escolas públicas”*³¹.

No Brasil esta dicotomia entre serviço público e serviço privado não existe apenas na educação, mas também em diversas outras áreas, como na saúde, já que os mais pobres têm de recorrer a clínicas e hospitais públicos de menor qualidade, enquanto os mais abastados tendem a gozar das facilidades privadas, muitas vezes fundadas com recursos públicos. Marcio Pochmann (2009, p.27), discorre um pouco mais a cerca desta dualidade brasileira:

[...] Os ricos vivem aqui muito melhor que a classe média e os ricos nos Estados Unidos e na Europa porque aqui os ricos não pagam impostos. E lá não existe como aqui essa massa de serviçais. É manicure, empregados domésticos, cortador de grama, faxineira, ou seja, um exército de prestadores de serviços. No Brasil, as famílias de classe média e ricas têm, em média, 13 serviçais à sua disposição para prestar serviços. São 13, no mínimo, ou seja, são mais de 20 milhões de pessoas que constituem esse exército com remuneração extremamente baixa. Por que é possível ir para uma pizzaria, churrascaria no Brasil e comer de forma extravagante pagando preços módicos? Porque aqueles que lá trabalham, o pizzaiolo, o churrasqueiro têm remunerações extremamente baixas. O que chama atenção é que viabilizar e internalizar esse padrão de consumo é somente possível com uma brutal concentração de renda, com um sistema tributário que concentra renda³², que

³¹ Corroborando com esta idéia, as Nações Unidas afirmam: *“the unequal distribution of social spending is no doubt a major factor in maintaining inequality and thus poverty... The bulk of the benefits go to the middle classes and the rich. Close to a third of the poorest fifth of the population does not attend primary school. But the sharpest differences show up in secondary and tertiary education. More than 90% of the poorest four-fifths of the population do not attend secondary school, and practically none make it to universities. Only primary schools end up being relatively targeted to the poor, not because the government succeeds in targeting resources, but because richer households send their children to private schools. Public expenditures on secondary and tertiary education are very badly targeted to the poor. For scholarships – chiefly to graduate students – four-fifths of the money goes to the richest fifth of the population”* (UNDP, 2000 apud Todaro e Smith, 2006, p.29). A distorção se torna ainda maior à medida que as universidades públicas ofereçam ensino gratuito a estudantes, sobretudo da classe média e da classe média alta.

³² A carga tributária brasileira, como apontado por diversos especialistas em reportagem à *Carta Capital*, é muito mais injusta do que excessiva, a despeito da eterna insatisfação por parte do empresariado brasileiro, pois perpetua a desigualdade, desestimula os investimentos produtivos e é moderada sobre o patrimônio: *“Longe de ser um exemplo virtuoso para o restante do mundo, a estrutura tributária brasileira – mais do que o nível da carga – é ao mesmo tempo espelho e motor da brutal desigualdade da sociedade brasileira. Herança do período colonial, ela taxa pouco a renda e o patrimônio daqueles que ocupam*

tira dos pobres e dá para os ricos e com um Estado que se organizou para atender fundamentalmente os ricos, o andar de cima da sociedade, como dizia Milton Santos. Esse andar de cima tem tudo. Tem banco público, tem sistema de tecnologia, tem compras públicas, ou seja, montou-se uma estrutura para sustentar os de cima. Isso não é uma experiência exclusivamente brasileira, mas talvez chegamos a maior sofisticação.

Por todos estes motivos, não restam dúvidas, de que a remoção das brutais disparidades econômicas de nossa sociedade deveria ser prioridade na agenda dos *policymakers* do país. O caminho, talvez, não seja apenas esparramar renda aos mais desprovidos, mas sim fornecer as bases para que estes possam por si angariar seus próprios recursos³³. Isto significa atacar o viés do desigual gasto social do país. E, portanto, ao contrário do que a história brasileira nos indica, representa, por mais simples que pareça, colocar as demandas da sociedade, através do Estado, em serviço dela mesma.

5 Considerações finais

Este artigo procurou mostrar, sucintamente, o processo de desenvolvimento percorrido pelo Brasil desde o período colonial até os dias de hoje, com o propósito de evidenciar as influências externas sofridas, e o modo como estas influências delinearão, tanto a formação do Estado brasileiro, quanto à formulação de suas políticas públicas, através de seus representantes locais.

Se num primeiro momento, então, os interesses do país estão subordinados aos interesses da metrópole, logo em seguida se tornam atrelados aos interesses das elites locais. Assim é que, mesmo após a independência política, o Brasil continua com a mesma estrutura social desigual. O processo de industrialização do país, em um momento raro de nacionalismo por parte do Estado, no entanto, para frustração de muitos desenvolvimentistas, não consegue corrigir as enormes disparidades sociais da

o topo da pirâmide social. Um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (Ipea) indica que os 10% mais ricos se apropriam de 75% da riqueza atualmente. No fim do século XVIII, na então escravocrata sociedade carioca, a parcela mais rica era mais moderada em sua ofensiva, ficava com 69% do bolo” (*Carta Capital*, 2010, p.22). O caráter regressivo e concentrador de riquezas do sistema atual de acordo com o Ipea se caracteriza da seguinte maneira: famílias que recebem até 2 Salários Mínimos (SM) têm 48,9% de sua renda familiar consumida pelos impostos; de 2 a 5 SM, 35,9%; de 5 a 10 SM, 31,8%; de 10 a 15 SM, 30,5%; de 15 a 20 SM, 28,5%; de 20 a 30 SM, 28,7% e, por fim, 26,3% para mais de 30 SM. Tem-se, então, um sistema tributário regressivo que taxa principalmente o consumo, por meio de impostos indiretos, como o ICMS, pago por todos, independentemente da condição social, que não consegue cumprir suas duas funções primordiais: (i) não consegue garantir a estabilidade macroeconômica, já que a arrecadação tende a cair com mais vigor nos momentos de queda da economia; (ii) nem consegue distribuir a riqueza. O fato é que quando se considera as transferências que a União faz, para pagar aposentadorias, subsídios, pensões e etc., o nível da carga tributária brasileira se equipara à de muitos países desenvolvidos, com a grande diferença de que aqui, uma parte muito pequena, menos de 10% do arrecadado, volta para a sociedade na forma de saúde, educação, segurança e saneamento, sem entrar no mérito da qualidade dos serviços prestados. Já os detentores de títulos da dívida pública, por outro lado, acabam levando uma fatia bem maior: cerca de 35% do Orçamento da União, parcela que tende a crescer neste ano de 2010 à medida que sobe a taxa básica de juros, que remunera estes credores (*Carta Capital*, 2010).

³³ Não se pretende, aqui, desqualificar políticas afirmativas como, por exemplo, o Bolsa-Família, tendo em vista que estas têm caráter transitório e não têm a missão de eliminar a desigualdade econômica do país, mas sim de suavizá-la. Neste sentido, políticas como o Bolsa-Escola, por exemplo, podem ser valiosas na busca de uma maior mobilidade social inter-geracional, já que o combate à armadilha da pobreza pode ser, de fato, muito complexo e difícil de ser superado. No longo prazo, todavia, o ponto da política deveria focar-se no provimento e na sustentação de serviços públicos de qualidade para os cidadãos.

população brasileira. O país, diante disto, se torna um exemplo na literatura: substancial crescimento econômico sem o correspondente desenvolvimento social – o subdesenvolvimento industrializado para alguns. O observador atento sabe, todavia, que mesmo a industrialização do país fora puxada pelos interesses externos sob a supervisão das elites locais. Em período curto de tempo a economia brasileira se torna uma das mais oligopolizadas do mundo. As empresas internacionais, neste sentido, procuravam difundir os bens de consumo duráveis pelo globo (base de sustentação do capitalismo no Século XX), e um país com as proporções do Brasil não poderia ser relegado. Assim, para viabilizar o padrão de consumo interno aos moldes mundiais, foi necessário que se concentrasse a renda. Ou seja, para que aqui no Brasil pudesse se instalar, por exemplo, a indústria automobilística e a produção nacional comparável aos países ricos foi necessário concentrar profundamente a renda, para poder viabilizar o padrão de consumo dos mais ricos. Desta forma, cabe a pergunta: como pode um país se dizer apaixonado por carro, e de fato possuir um trânsito rodoviário caótico nas principais capitais, e não possuir **uma** indústria de automóveis nacional? Portanto, mesmo após severas mudanças estruturais o país ainda continua subdesenvolvido: a desigualdade econômica assola o país, a despeito de algum avanço no período recente (BARROS et al, 2008); e o progresso tecnológico não foi endogeneizado (CIMOLI & ROVIRA, 2008)

O fato das elites se utilizarem do Estado em benefício próprio e, estarem mais vinculadas aos países centrais do que ao seu próprio país, não traz novidade alguma, sobretudo, quando se analisa o histórico da elite brasileira. Porém, identificar os meios pelos quais este poder político se perpetua é de suma importância se é que se pretende superar o atual estágio de hobbesianismo social pelo qual passa a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron. *The Form of Property Rights: Oligarchic vs. Democratic Societies*. MIT Mimeo, Abril 2005.

ALESINA, Alberto; SULE, Ozler; NOURIEL, Roubini e SWAGEL, Phillip. *Political Instability and Economic Growth*. *Journal of Economic Growth*, v.1, nº2, p.189-211, 1996.

ALESINA, Alberto e RODRIK, Dani. *Distributive politics and economic growth*. *Quarterly Journal of Economics*, 108: 465-90, 1994.

BENABOU, Roland. *Inequality and Growth*. *NBER Macroeconomics Annual 1996*, Ben S. Bernanke and Julio Rotemberg, eds. p.11-74, Cambridge: MIT Press, 1996.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel e MENDONÇA, Rosane. *Markets, the State and the Dynamics of Inequality: the Case of Brazil*, UNDP, mimeo, 2008.

BÊRNI, Duilio de Avila. *Structural change in the Brazilian economy between 1959 and 2000*. *XIII International Conference on Input-Output Techniques University of Macerata, Italy, August 21-25th, 2000*.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARTA CAPITAL, 14 de Julho de 2010, Ano XV, Nº 604, p.22-26.

CHANG, Há-Joon. ***Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective***. London: Anthem Press, 2002.

CHIEZA, Rosa Angela. **A constituição do Estado Brasileiro segundo Florestan Fernandes e Raymundo Faoro**: Uma comparação. IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico. Lisboa, dez 2005.

CIMOLI, Mario & ROVIRA, Sebastián. *Elites and Structural inertia in Latin America: An introductory note on the political economy of development*. ***Journal of Economic Issues***, Vol XLII, No.2, June 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e Humanismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

DOMINGUES, Jose Mauricio. **Ensaio de Sociologia. Teoria e Pesquisa. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

EASTERLY, William. ***Inequality does cause underdevelopment***. Mimeo NYU, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Terceira edição, São Paulo, Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de Interpretação Sociológica. Coleção: “Intérpretes do Brasil”, vol.3. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2002.

FERREIRA, H. G. F. **Os Determinantes da desigualdade de renda no Brasil**: Luta de classes ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUCRJ – Departamento de Economia, Texto para Discussão, N. 415, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

GALOR, Oded e ZEIRA, Joseph. *Income Distribution and Macroeconomics*. ***Review of Economic Studies***, 60: 35-52, 1993.

GONÇALVES, Reinaldo. **O abre-alas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

KALDOR, Nicholas. *Capital accumulation and economic growth*. In: F.A. Lutz e D.C. Hague, eds. ***The Theory of Capital***. St. Martin's Press: New York, 1961.

KALDOR, Nicholas. *Alternative theories of distribution*. ***Review of Economic Studies***, 23: 94-100, 1956.

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. ***Revista de Economia Política***, Vol.9, n.4, outubro-novembro, 1989.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.I. t.II São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

NERI, Marcelo Cortes. ***Decent Work and the Informal Sector in Brazil***. *Economics Working Papers* (Ensaio Econômicos da EPGE), N. 461, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira**: Crítica a razão dualista. São Paulo, Brasiliense Cebrap, 1977.

PALMA, Gabriel. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PAULANI, L. M.; PATO, Christy Ganzert Gomes. **Investimentos e Servidão Financeira**: o Brasil no último quarto de século. In: João Antonio de Paula. (Org.). Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULINO, Luís Antônio. O Brasil, seus sócios e seus negócios. **São Paulo Perspectiva**. v.16, Nº 2, São Paulo, Abril/Junho, 2002.

PEROTTI, Roberto. *Growth, Income Distribution, and Democracy: What the data Say*. **Journal of Economic Growth**, 1, 149-188, 1996.

POCHMANN, Márcio. **Entrevista na revista Caros Amigos**, Edição Agosto de 2009, p.26-29. 2009.

REGO, José Márcio e Marques, ROSA Maria Marques (Orgs). **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SACHSIDA, Adolfo; MENDONÇA, Mario Jorge Cardoso; LOUREIRO, Paulo, R. A; GUTIERREZ, Maria Bernadete Sarmiento. *Inequality and criminality revisited: further evidence from Brazil*. **Empirical Economics**, V.39, N.1, August, 2010.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

Sustainability. Brazil – Country of diversities and inequalities. United Kingdom, London February, 2006.

SUZIGAN, W. . Industrialização na visão de Celso Furtado. In: Luis Carlos Bresser Pereira; José Marcio Rego. (Org.). **A Grande Esperança em Celso Furtado**: Ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Dependência, desenvolvimento e dominância financeira**: a economia brasileira e o capitalismo mundial. Tese Universidade Federal de São Paulo. 2007.

TODARO, Michel, P; SMITH, Stephen, P. **Economic Development**. The Addison-Wesley series in economics, 2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedad**. Fondo de Cultura Económica. México, 1977.